



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA – PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 13 DE SETEMBRO DE 2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Gostaria de convidar o Vereador Toninho Vespoli para compor a Mesa. Convido também a Professora Márcia Jacomini, do Departamento de Educação da Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Paulo, Unifesp.

Na qualidade de presente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro aberta a 4ª audiência pública desta Comissão do projeto de lei 415/2012, do Executivo Municipal, que aprova o Plano Municipal de Educação a Cidade de São Paulo para o decênio 2011/2020.

Informo que a convocação para audiência pública foi publicada no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, no portal da Câmara de São Paulo, no jornal *O Estado de S.Paulo*, no dia 11 de setembro e no jornal *Folha de S.Paulo* no dia 12 de setembro.

Informo também que esta audiência está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link auditórios on-line.

O tema de hoje, 13 de setembro de 2014, é Valorização Profissional e Ensino Superior.

A Professora Márcia Jacomini fará sua apresentação por cerca de 15 minutos, com mais 5 minutos de tolerância. O prazo de inscrições é o período da fala da Professora. Após essa fala, vamos ver quantos se inscreveram e o temoo que cada um terá para fazer suas intervenções.

Tem a palavra a Sra. Márcia Jacomini.

A SRA. MARCIA JACOMINI – Bom dia, a todos os presentes, Sr. Vereador, Presidente da Comissão de Educação. Agradeço o convite para falar a vocês um pouquinho das metas relacionadas à Educação Superior e à valorização do magistério no Plano Municipal de Educação, uma vez que está em processo de elaboração, para posterior votação na Câmara Municipal e sanção do Sr. Prefeito.

Preparei slides para facilitar a apresentação, de forma que possam, também, visualizar as informações.

Peguei as metas relacionadas ao Ensino Superior e a valorização do magistério do PNE, Plano Nacional de Educação, que é a nossa referência para a elaboração dos planos estaduais e municipais de Educação.

A partir das metas relativas a esses dois pontos, previstas no Projeto de Lei do Executivo, elaborado na Gestão Kassab e as metas do Projeto de Lei, substitutivo, apresentarei questões que penso serem importantes para discutirmos neste dia.

Primeiro, temos que entender do que se trata um plano nacional, estadual ou municipal de Educação, no sentido de que ele deve, a partir de um diagnóstico, de uma compreensão de qual a situação educacional do País naquele momento, do Estado e, no nosso caso, do Município, estabelecer os princípios da política educacional para os próximos 10 anos. Ou seja, a partir de um diagnóstico é feito o estabelecimento de metas e estratégias, devendo dar uma coesão e um sentido às políticas educacionais.

As metas que foram estabelecidas no Plano Nacional, Estadual e Municipal, devem direcionar a política educacional no próximo período.

Portanto, a elaboração do Plano Municipal é muito importante. Devemos partir do diagnóstico, ou seja, onde estamos, qual a situação educacional do Município, neste momento, e qual a condição educacional que queremos para o Município.

Há uma questão importante com relação à elaboração dos Planos Municipais e Estaduais de Educação. É a ideia de elaborar planos tendo em vista a territorialidade, ou seja, tendo em vista o Município. Não é pensar a rede municipal de ensino de São Paulo, mas pensar a Educação no município de São Paulo. Evidentemente que isso envolve um esforço de trabalho conjunto entre o plano municipal e o plano estadual evidentemente com o Plano Nacional de Educação, porque não se trata de cada ente federado fazer o seu plano de Educação, mas elaborar, fazer esse plano conjuntamente, pensando a questão educacional naquele espaço, naquele território.

Nós sabemos também que um ponto extremamente importante, no que diz respeito à questão da elaboração e da realização de um Plano Municipal de Educação, é a colaboração entre os entes federados, ou seja, necessariamente nós temos que pensar o Plano Municipal de Educação em vários aspectos; na maioria, em colaboração com o Estado e a União. No que diz respeito às metas que trataremos hoje, inteiramente em colaboração com o Estado e a União. Quando tratamos da Educação superior, nós precisamos pensar a Educação superior

no município de São Paulo em colaboração com o Estado e com a União, até porque as universidades públicas, no município de São Paulo, são universidades estaduais, universidades federais. Portanto, necessariamente nós teremos que pensar essa questão da universidade em conjunto do conjunto superior, em conjunto com o Estado e com a União; evidentemente colocando quais são as questões que dizem respeito à educação superior, às necessidades que o município tem e como o município pode tratar disso em colaboração com o Estado e com a União.

No que diz respeito à condição docente, nós temos evidentemente a valorização dos profissionais da Educação, a valorização do magistério. Nós temos evidentemente condições de pensar nessa melhoria, nessa valorização do ponto de vista do município, mas também sabemos que para alcançar as metas que estão postas no plano nacional e que serão traduzidas para o município, também precisamos de uma colaboração da União, para garantir essa valorização, tanto em termos do objetivo de que o magistério tenha uma média salarial igual ao dos demais profissionais com a mesma formação, quanto no sentido do plano de carreira, que, no caso do magistério municipal, é algo que já está mais adiantado. É uma cidade que tem plano de carreira, é uma rede que tem plano de carreira já há bastante tempo, mas, evidentemente, não significa que está tudo garantido. Há coisas ainda a serem garantidas, no que diz respeito à valorização dos profissionais. Partimos disso, partimos de uma situação que estamos, qual é o plano que temos e o que precisamos, portanto, avançar nesse plano de carreira.

Em relação ao ensino superior, há a meta 12 do PNE. Creio que seja, mais ou menos, do conhecimento dos senhores as metas do plano nacional. Há a meta do plano, do projeto de lei do Executivo, do Governo anterior, do Governo Kassab e a questão do que propõe o substitutivo. Eu não vou ficar lendo isso. Eu vou falar um pouquinho quais são as questões em relação a essas metas que a gente precisaria pensar acerca do município em relação às próprias estratégias, que são fundamentais. Elas dizem um pouco como eu realizo,

como eu vou concretizar e efetivar essa meta.

Então, nós temos, na meta 12, que depois é colocada na meta 13 do substitutivo, a elevação da matrícula na educação superior. Antes vou fazer um comentário sobre o projeto substitutivo. Eu achei muito interessante a forma como os senhores começaram o projeto, o anexo, as metas. Já na meta 1, se a gente pega o PNE, a meta que diz respeito ao dinheiro, àquilo que vai ser essencial para garantir a realização de todas outras metas que dizem respeito ao financiamento, que dizem respeito ao dinheiro, isso é fundamental, todas as metas dependem, se não só, elas necessariamente dependem da meta que diz respeito ao financiamento, ou seja, como, com que dinheiro nós vamos realizar essas metas que estão colocadas no PNE. No PNE, é a meta 20, a última.

Acho isso muito interessante: O começo é a proposta de financiamento, dizendo com que dinheiro nós vamos realizar essa proposta de Plano Municipal de Educação. Isso é bastante interessante, sob o ponto de vista de um plano. Então, não é a última meta, mas começamos por ela; ou seja, para realizarmos isso, começamos dizendo de onde vem o dinheiro e com que dinheiro vamos fazer isso.

Quanto à meta 12, nós sabemos que, quanto à educação superior no Brasil, nós temos um número muito limitado de pessoas que têm acesso ao ensino superior. Digo que nós temos dois problemas relacionados ao ensino superior hoje no Brasil. Um é que nós temos um percentual de jovens. Quando a gente pega a matrícula líquida, nós vamos ter um percentual menor ainda, porque quando a gente pega a matrícula bruta, ou seja, todos aqueles, independente da idade em que estão cursando o ensino superior, eleva(?) -se essa taxa de matrícula; e quando se pega a matrícula líquida, ou seja, as pessoas na faixa etária do ensino superior, de 18 a 24, tem-se um número bastante pequeno, se comparado aos países desenvolvidos. Então, nós temos um problema: O País tem uma demanda e precisa ampliar o ensino superior. Nós temos uma demanda para isso. Estudam e fazem do ensino superior um percentual da população bastante aquém do que os países desenvolvidos têm, em torno de 50,

60 e, em alguns lugares, até 70% da população.

Então, é evidente que nós precisamos ampliar o acesso ao ensino superior, inclusive porque à medida que a gente amplia, e nós temos agora, com a Emenda Constitucional 59/2009, até 2017, nós devemos ter universalizada a educação básica dos quatro aos dezesseis anos, ou seja, teoricamente, até o ensino médio. Se nós não reprovamos os nossos alunos no ensino médio, se eles terminarem o ensino médio, nós teremos, portanto, maior número de alunos, de jovens para entrarem na universidade. Claro que não é só a universidade. O País precisa pensar também a possibilidade dos cursos de formação profissional. Teremos certamente uma pressão para a entrada na universidade.

O outro problema diz respeito a qual universidade. Aí nós temos um problema bastante sério, que, no último período, o ensino público não diminuiu, mas comparado ao crescimento do ensino privado, nós ficamos com uma parcela muito pequena. Nós temos aí em torno de 20% de ensino público. Não era assim nas décadas de 50 e 60. Então, nós tivemos uma ampliação do ensino privado numa proporção muito, muito superior ao ensino público, com os todos os problemas que isso significa. Onde foi essa ampliação? Justamente com uma parcela da população que não tem condições de pagar mensalidades altas. Portanto, esse ensino privado, que se expandiu de uma forma enorme nesse último período, ele se expandiu nem sempre com o cuidado necessário em relação à qualidade de ensino.

Na cidade de São Paulo, certamente nós temos uma demanda por universidade pública. Embora a gente tenha a maior universidade do País nessa Cidade, a Universidade de São Paulo, nós continuamos tendo, até pela população que temos, necessidade de ampliação da universidade pública. Se nós temos aqui a maior universidade pública, nós também temos as universidades privadas, que são em número muito grande. Junto com isso, nós precisamos pensar em termos da universidade pública, como pensamos os cursos dessa universidade e como pensamos a relação desses cursos com a educação básica. Ou seja, nós temos uma demanda por formação de profissionais na educação básica, e de uma formação qualificada,

de uma formação de boa qualidade. Então, nós temos essa demanda.

Então, a gente precisa pensar aí, juntamente com o Estado e a União, como a abertura de cursos nas universidades públicas, como abrir esses cursos e dar condições de formação às pessoas que procuram os cursos de formação de licenciatura, a formação de professores, para que a gente possa qualificar também esse profissional da educação básica. Com isso, não estou dizendo que as nossas universidades devem pensar somente nos cursos de formação de professores. Aqui estou fazendo uma ponte com aquilo que diz respeito à educação básica e como a gente pensa a educação básica, no município, vinculada à educação superior.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Estão abertas as inscrições. A Assessoria técnica da Comissão de Educação, Cultura e Esportes está colhendo as inscrições e elas se encerrarão no término da fala da professora Márcia.

A SRA. MÁRCIA – Em relação à questão do ensino superior, essa questão dos profissionais com formação em pós-graduação, seja doutor ou mestre, é um problema na cidade de São Paulo, essencialmente nas universidades privadas. Nós praticamente não temos, na cidade de São Paulo, universidades públicas com professore que não sejam mestres ou doutores. Nós não temos praticamente nem mestres. A gente só tem hoje abertura de concurso para mestres nas universidades públicas de São Paulo quando não há, naquela área, naquela especificidade, professores doutores; agora, no setor privado, não. Aí é preciso regulamentar isso. Nesse sentido, é importante dizer que o PNE poderia ter avançado até mais, porque hoje nós já temos condições, em boa parte das áreas, outras não, de exigir que as universidades privadas, que as faculdades, os centros universitários tenham, no seu corpo docente, mestres e doutores; e, muitas vezes, essas universidades acabam fazendo o oposto, por conta da questão salarial, do valor hora-aula, porque normalmente são professores horistas. Acabam demitindo doutores e contratando especialistas. Então, esse é um ponto importante. No caso do município de São Paulo, a gente pode pensar, dada à especificidade

do nosso município e o conjunto de profissionais que nós temos, formados com doutorado e mestrado, que aqui talvez a gente pudesse até avançar nessa meta em relação ao PNE, porque o PNE está pensando no Brasil, onde nós temos uma situação diferente. Nós temos muito mais doutores e mestres na cidade de São Paulo do que temos no Piauí, no Ceará ou em qualquer outro Estado. Então, acho que a gente pode pensar nisso.

Eu vou parar aqui o ensino superior e vou entrar na questão da valorização dos profissionais, porque aqui eu quero falar uma questão importante. Essa questão da valorização dos profissionais da Educação, da valorização do magistério é muito importante. No que diz respeito ao projeto substitutivo do Vereador Toninho Vespoli, chamo atenção de uma questão que, ao fazer a leitura, ao estudar e preparar essa fala aqui, senti que seria importante colocar. Falta aqui, porque uma das metas do PNE é a questão do plano de carreiras... Nós sabemos que essa questão vem em função inclusive de muitos municípios não terem plano de carreira. Não é o caso do município de São Paulo. Na proposta do Executivo, na verdade, colocam efetivar, realizar, implementar a lei de 2007, a 14.660. No caso do projeto de V.Exas., não toca na questão do plano. Aí eu trago uma questão para a gente pensar aqui. Parece que seja necessário. Embora a rede tenha um plano, o Estatuto de 1992, e ainda tenha depois a lei que está em vigor hoje, a 14.660/2007, acho que há questões nessa lei. Eu estudei um pouco essa lei, por conta de uma pesquisa, comparando inclusive com outros planos de carreira. A gente pode dizer que, na comparação com outros planos de carreira, não é uma lei que não garante nenhum direito ou que está ruim nessa comparação, mas eu creio que, por ser a cidade de São Paulo, pelo que significa essa Cidade no contexto nacional, há questões a serem melhoradas nessa própria lei. Eu vou apontar uma, e depois a gente discute: a questão da jornada. A gente precisaria caminhar numa perspectiva. Aí a gente tem que fazer todo um trabalho, porque para o professor que já está na rede é muito difícil, principalmente quando ele tem acúmulo de carga, pensar hoje numa jornada única, mas nós precisamos fazer a discussão da jornada única do professor, numa única escola, com um terço, considerando a lei do piso, porque hoje

nós temos várias jornadas de trabalho na rede municipal de São Paulo. É óbvio que isso foi constituído de uma forma. Ou seja, as coisas vão acontecendo. Há uma realidade, há uma situação que vai constituindo isso, e, às vezes, é complicado até para os próprios professores que estão na rede, dizer: “Ah, mas agora vamos ter só uma jornada”. Nós teríamos que oferecer, do ponto de vista salarial, uma condição muito boa, para que eles pudessem se sentir seguros, a ponto de abandonar um acúmulo de cargo para ficar numa única jornada. A gente tem que pensar isso, inclusive para os novos. Esse plano é para dez anos, mas se nós pensarmos a rede, daqui a 20 ou 30, como uma nova geração de professores que entram na rede poderiam já entrar com uma perspectiva de uma jornada única, numa única escola? Isso é algo extremamente importante, do ponto de vista da valorização dos profissionais do magistério e muito importante também no que diz respeito à qualidade da educação, porque é a oportunidade de o professor dedicar-se a uma escola, e um conjunto de alunos ter uma jornada compatível com as exigências da profissão docente, do trabalho docente. Estou aqui sinalizando uma questão. Depois a gente pode, no decorrer da discussão, levantar outras questões.

Muito obrigada pela presença dos senhores. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Há dezoito inscrições. O primeiro inscrito é o Sr. Mauro Alves da Silva, do Fórum Municipal de Educação da cidade de São Paulo.

O SR. MAURO ALVES DA SILVA – Cumprimento a Mesa, os nobres Vereadores Reis, Toninho Vespoli, a Profa. Márcia, senhores presentes e internautas. O Fórum Municipal de Educação da cidade de São Paulo, criado desde 1993, tem discutido essa questão, principalmente de formação profissional, de formação continuada. Estamos falando de curso superior, mas, na rede municipal, principalmente no ensino fundamental, quase a totalidade dos professores têm curso superior. O que está faltando talvez seja uma formação continuada e aí entra mestrado e doutorado. Defendemos que essa formação continuada seja prioritariamente exercida na escola.

Tem alguns pontos do plano que fala em licença remunerada para formação e uma das coisas que a gente tem criticado muito é a questão do professor se ausentar do trabalho cotidiano para fazer esse curso. Sabemos que fazer um mestrado ou doutorado a pessoa não precisa estar o tempo todo no banco escolar. Ele pode exercer uma parte dessa atividade na própria escola.

O plano fala muito em aumentar 50% de formação dos professores, então, está copiando o plano nacional, que não é a realidade do Município.

Deixou muito a desejar a formação na educação infantil. Quando falamos do ensino fundamental, está mais ou menos atingida a questão do curso superior. Na educação infantil temos muita carência não só da questão do professor como dos funcionários da equipe de apoio.

Então, é uma proposta que seja garantido convênios para garantir essa formação tanto em cursos superior da educação infantil quanto na formação continuada.

Quero destacar também na questão de valorização profissional que deve haver equiparação salarial e de jornada de trabalho entre as redes diretas e conveniadas. Temos uma situação na rede conveniada em que o profissional recebe 30% menos e trabalha 30% mais. Não é simplesmente acabar com a rede conveniada. Tem de ter uma equiparação e, é lógico, exigindo o nível de formação e formação continuada.

No caso de formação continuada, defendemos que haja uma avaliação continuada. Parece que o professor que prestou concurso há 20 ou 30 anos e nunca mais é avaliado. Qualquer país civilizado do mundo tem uma avaliação – nem que seja a cada três anos. Não é necessariamente uma avaliação punitiva, mas diagnóstica para ver o que está acontecendo. Teve um parecer do Conselho Nacional de Educação dizendo que quem se formou tem o direito de exercer a profissão por toda a eternidade. Isso é um absurdo porque as tecnologias e a situação mudam e se o professor não acompanhar, ele fica defasado e causa prejuízo tanto ao sistema quanto ao aluno.

Tem de ter um plano de carreira especificado no plano e com essa orientação de induzir o exercício da jornada em tempo integral ou dedicação a uma escola. Fica difícil ter o comprometimento desse professor com essa unidade educacional se está exercendo atividade em duas ou três escolas. Ele não consegue se responsabilizar pelo desempenho de nenhuma delas.

Outro ponto é equiparação do custo aluno e qualidade tanto na rede direta quanto indireta. Não adianta cobrar do administrador da rede conveniada uma remuneração salarial sendo que a Prefeitura não passa esse dinheiro.

Por último, a indicação no Município da criação de uma lei de responsabilidade educacional porque o Governante assina um compromisso quando assume um plano de metas, mas não tem esse acompanhamento, essa cobrança governamental. Era isso que o Fórum Municipal de Educação gostaria de apresentar.

Vamos formalizar isso por escrito.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. Mauro Alves da Silva.

A próxima inscrita é a Sra. Márcia Domingues, da Escola Municipal de Ensino Infantil.

A SRA. MÁRCIA DOMINGUES – Bom dia. Sou Professora da Escola Municipal Ângelo Martino. Sou especialista formada para educação de deficientes auditivos.

Hoje vim porque, pela primeira vez, ao ler esse plano de educação da cidade de São Paulo, fiquei angustiada.

Tenho em exercício efetivo 24 anos, tanto na rede estadual como na municipal.

Em nenhum momento consegui ver aqui a questão da quantidade de alunos em sala de aula.

Qualquer país desenvolvido sabe que precisamos ter uma quantidade de alunos para que possamos desenvolver, de fato, uma qualidade de ensino positiva.

Vou dar um exemplo meu: trabalho com educação infantil I.

Quando me surpreendo e abro o portal da Prefeitura está redigido: “A educação infantil I trabalha com crianças matriculadas até 30 alunos por Educador”.

Eu me surpreendi. Por que eu trabalho com 34. Por que tem colega minha que trabalha com 37? Bem, 30 já é um número elevado. Nenhum país desenvolvido tem essa quantidade.

Tenho oportunidade de conversar com outros Professores, principalmente, da Alemanha. Quando me perguntam a quantidade de alunos, 34, eles perguntam quantos auxiliares em sala eu tenho.

Eu não tenho auxiliares. Tenho, na verdade, um estagiário que me auxilia, porque dentre os 34 alunos, há um com deficiência. Então, preciso dessa pessoa para me auxiliar. Essa pessoa que me auxilia, um estagiário, é o único no meu período para atender, também, outras duas crianças especiais, que têm paralisia cerebral.

Esse profissional que está se formando na Universidade para ser formar um Professor tem que atender a minha sala mais outras duas. Então, ele não fica comigo todos os dias na sala de aula. Ele se divide para suprir a demanda.

Eu busco desenvolver – eu acredito no trabalho que faço – um trabalho o melhor possível, mas sei, também, que quando se tem um plano de educação que não valoriza o profissional – a valorização só se dá quando se respeita a quantidade do número de alunos numa sala de aula.

Se é oficial no site da Prefeitura 30, por que se passa a quantidade? Por que não se respeita um número mais reduzido. Construam escolas para que isso seja possível.

Não estou pensando na questão salarial neste momento.

O enredo se repete sempre. As personagens mudaram durante esses 24 anos de exercício.

Eu gostaria que as pessoas abrissem os olhos. Que fossem até as escolas e que saíssem do pedestal.

A oratória, a retórica, é linda e importante.

Mas vão lá ver como é trabalhar com 34 ou 37 alunos, tentando desenvolver um trabalho de qualidade. Porque você acredita e você faz, mas você se desgasta e se cansa, se torna doente. Você gostaria de fazer muito, mas é frustrada, porque vejo que, até agora, ninguém se atem a isso. Ninguém expõe isso.

Então, na verdade, me sinto angustiada nesse sentido. Espero que essa Administração, ou qualquer outra, abra os olhos e veja a realidade que temos em sala de aula, e não se mantenha apenas na questão do pedestal da chamada oratória ou retórica, que é importante para o embasamento. Importar metodologias de outros países de primeiro mundo é maravilhoso – Vygotsky, Piaget, seja qual for, mas eles não aplicam com 30 crianças. Eles valorizam a qualidade de ensino.

Espero que as pessoas tenham essa visão, de que possamos realmente formar cidadãos pensadores que possam escolher o futuro, porque eles tiveram o direito de ter uma educação de qualidade de fato.

Essa é a minha fala.

Muito obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

A próxima inscrita é a Sra. Maria Célia Matias, Centro de Educação Infantil de Perus.

A SRA. MARIA CÉLIA MATIAS – Bom dia a todos e a todas.

Esta audiência está sendo muito importante e, nesse sentido, faço um destaque: a questão da valorização profissional passa principalmente pelas condições de trabalho.

Temos na Meta 4.5: “Implantar políticas de condições de trabalho”. A valorização é, também, a questão salarial.

Temos outra meta, que trata da questão da substituição, a reposição dos professores. Hoje, estamos em uma situação com um número de aposentadorias - que é um direito de todos os profissionais, com falta de professores.

Então, é preciso que haja políticas mais emergenciais para resolver os problemas que surgem a cada momento.

Trabalho em CEI há 36 anos, então, passei por todas as transformações, por todas as conquistas e um destaque, que aqui coloco para a outra companheira que me antecedeu, é

que no Plano Municipal tem, sim, na Meta 2 a redução do número de crianças por professor. Esta foi uma luta muito grande! Isso é valorizar o profissional. Não adianta ter o melhor salário e ter 30, 40 alunos, porque isso não é qualidade, é depósito de criança. Enquanto profissionais, somos radicalmente contra.

Quando estávamos lutando para reduzir a jornada, um dos pontos que destacávamos em nosso documento foi que não é porque a criança é pobre que qualquer coisa serve. A criança não é um papel que se guarda na gaveta. A criança é dinâmica.

O meu destaque é com relação a isso. Se não nos atentarmos para essas questões, que são fundamentais para a melhoria na qualidade da Educação, não adianta virmos aqui discutir.

Muito obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

O próximo inscrito é o Sr. José Adão de Oliveira, Movimento Negro Unificado.

O SR. JOSÉ ADÃO DE OLIVEIRA – Bom dia.

Ontem saiu uma notícia de que o Carimbó foi considerado patrimônio imaterial brasileiro. Na reportagem, o jornalista dizia que o Carimbó é produto dos indígenas, portugueses e escravos.

Segundo o preâmbulo do relatório da ONU, o racismo, no Brasil, é estrutural e institucionalizado.

Embora as reportagens sejam diferentes, elas interagem entre si. Não se falou que o Carimbó é uma criação dos indígenas brasileiros, de povos africanos e dos portugueses. Não se falou que o Carimbó é uma criação dos indígenas brasileiros, dos escravizadores e dos escravizados.

Então, na fala desse jornalista, na mentalidade dele, já está implícito o racismo estrutural e institucionalizado.

Esse Plano Nacional de Educação, que está se discutindo, o nosso Plano Municipal de Educação e o futuro Plano Estadual de Educação têm essas questões para trabalhar. São questões muito difíceis, que exigirão um esforço muito grande dos futuros profissionais.

É necessário se olhar a Educação como um investimento nacional e não como um custo. Um investimento que mudará o País, porque o nosso País está totalmente inadequado, sem rumo, em relação às demandas atuais.

Quem se lembra do que foi feito na Abertura da Copa do Mundo? Quem viu aquele

paraplégico dar o pontapé inicial durante o jogo? Quem está elevando o trabalho de Miguel Nicolelis? Que importância aquilo teve? Se não nos lembramos daquele evento, que foi um dos maiores eventos científicos do País, vamos valorizar que tipo de profissional? Ele foi formado pela USP. Teve que buscar recursos fora. Queria instalar esse projeto dele na região mais pobre do Brasil, mas não conseguiu. Teve que buscar outras formas de recursos, isso porque temos uma formação que reforça que aquilo que é bom e justo é para poucos, e isso é financiado pelos impostos que todos nós pagamos: pobres e ricos.

Portanto, todos nós – professores, pais, pesquisadores, devemos observar a metodologia científica, para que esse Plano reflita, realmente, aquilo que o patrimônio deu.

Qual o papel de uma universidade? No caso da USP, é vencer pela ciência. No caso da Unicamp, é gerar riqueza e renda. Da Unesp, ainda não sei.

Muito obrigado. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

A próxima inscrita é a Profª. Sheila Mendes.

A SRA. SHEILA MENDES – Bom dia a todos.

Meu nome é Sheila. Sou Diretora do Sedin. Sou Professora da Rede em duas escolas localizadas na região do Heliópolis.

Enquanto estamos aqui discutindo, com propriedade, a valorização dos profissionais do Magistério e querendo fazer desta cidade uma cidade educadora, esta Casa de leis está se tornando inimiga da Educação, principalmente da Educação Infantil.

Precisamos estar atentos, pois dia 05 de outubro teremos uma grande responsabilidade!

Temos, nesta Casa, o nobre Vereador Laércio Benko, do PHS, que é candidato a Governador do Estado, e que apresentou o PL 202/13, que cria o programa de ampliação e atendimento em creches ou entidades equivalentes para crianças na faixa etária de 0 a 3 anos de idade e pré-escolas para crianças de 4 a 5 anos de idade, ampliando o horário de atendimento nas Unidades de Educação Infantil até as 21h, retrocedendo toda uma história percorrida na Educação Infantil.

Nestes 79 anos, desde os dois parques infantis criados em 1935 por Mário de Andrade, até os 354 CEIs e 532 EMEIs que temos hoje, muito se mudou a concepção de atendimento para essa faixa etária.

Em primeiro lugar, na cidade de São Paulo, há mais de uma década, não temos

mais creches e, sim, CEIs – Centros de Educação Infantil, e também não denominamos pré-escolas e, sim, EMEIs – Escola Municipais de Educação Infantil, às unidades que atendem a faixa etária de 4 a 5 anos.

Queremos deixar muito claro que não somos hotéis para crianças!

Depois, temos o nobre Vereador Nelo Rodolfo, que apresenta o PL 341/14, que em seu parágrafo único, vem propor que “as Unidades de Educação Infantil, em dias que são decretados pontos facultativos, não fechem, e em dias de reuniões pedagógicas, estas aconteçam com as crianças nas unidades”.

Aproveitando que tudo está sendo gravado e, infelizmente, não temos a presença dos nobres Vereadores citados, quero deixar um recado para S.Exas.: não sou tia da creche. Não sou tia do parquinho. Sou Professora.

Os colegas que estão aqui presentes, não são tios nem tias da Secretaria. São Professores e profissionais da Educação. (Aplausos)

Esses projetos apresentados por esses nobres edis, são um retrocesso para a Educação Infantil.

Quando falamos em valorização do Magistério, não podemos aceitar um trabalhador de Educação Infantil trabalhar até às 21h. Não podemos falar em valorização e aceitar a retirada das reuniões pedagógicas, sendo esse o espaço de formação e organização coletiva para o atendimento de excelência às nossas crianças, formação essa prevista e obrigatória pelos órgãos responsáveis pela Educação em nosso país.

Quando falamos em valorização de Educação, não podemos aceitar um retrocesso do caráter educacional que as nossas Unidades de Educação Infantil têm em nosso Município.

Gostaria de informar a todos os Educadores, aqui presentes, que nós do Sedin, através de nossa Presidente Claudete Alves, já protocolamos na Comissão de Educação e na Comissão de Justiça desta Casa o pedido de audiência pública para tratarmos dos referidos projetos.

Peço a vocês que fiquem atentos às datas dessas audiências para que possamos encher esta Casa e em hipótese alguma deixarmos esses projetos desvalorizarem toda a luta e as conquistas de todos esses anos, ao se tornarem leis.

Não somos hotéis. Somos Educação e não vamos aceitar essa desvalorização.

Obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

A próxima inscrita é a Profª Ivanira Andrade, Sedin.

A SRA. IVANIRA ANDRADE – Bom dia a todos.

Sou Professora de Educação Infantil e também Diretora do Sedin.

Quero esclarecer ao meu nobre colega que temos, hoje, 87% da rede municipal formada em nível superior e até pós-graduados, e muitos com mestrados e até doutorados.

Acho que o senhor está equivocado nessa situação.

Outra questão. A Educação é obrigação do Poder Público. Ultimamente, vem ocorrendo que essa obrigação está sendo terceirizada. Defendo que os profissionais que atuam na rede conveniada tenham a sua valorização, mas se formos fazer uma pesquisa descobriremos que na rede conveniada há menos profissionais com nível superior. Então, fica muito contraditório quando se fala que isso ocorre na rede pública!

Defendo que esses profissionais tenham toda a sua valorização, mas para eles poderem estar no mesmo patamar que os professores da rede pública, eles têm que prestar um concurso assim como eu e todos os Educadores prestamos.

A valorização do profissional não se dá somente na questão salarial, como já foi dito, mas também se dá na redução do número de crianças por sala de aula. O Sedin, apesar de ter somente 10 anos, está encampando essa luta há 10 anos.

Defendo também uma única jornada, para que o Professor possa fazer até o seu acúmulo, dentro da mesma escola, para que ele possa ter o tempo de preparar as aulas.

Defendo a unificação da Educação Infantil, porque, assim, teremos um atendimento de qualidade, tratando a criança em sua integralidade, não de forma fatiada.

Muito obrigada. (Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Com relação ao pedido de audiência pública feito pelo Sedin, com relação ao PL 341/14, informo que está agendada para o dia 11 de outubro, a partir das 10h, no Salão Nobre, 8º andar.

Com relação ao PL 202/13, informo que a audiência pública está agendada para o dia 18 de outubro, também a partir das 10h, no Plenário 1º de Maio. (Pausa)

A Presidente Claudete está requerendo que os dois projetos sejam discutidos em uma mesma audiência.

Então, no dia 11 de outubro, teremos a audiência que tratará dos dois projetos de lei.

A próxima inscrita é a Profª, e sempre Vereadora, Claudete Alves, Presidente do Sedin.

A SRA. CLAUDETE ALVES – Obrigada, Sr. Presidente.

Bom dia a todos.

Antes da minha fala, gostaria de fazer uma solicitação. A Educação de São Paulo e do Brasil está mais pobre. Partiu, ontem à tarde, a grande Mestre, Profª Fúlvia Rosemberg que, neste momento, está sendo velada no Araçá.

Tive a honra de ser aluna da Profª Fúlvia e ela deu uma grande contribuição a toda a Educação brasileira. Ela foi uma das primeiras teóricas a se debruçar sobre a questão étnico-racial com corte na Educação Infantil, dando uma grande colaboração contra o racismo.

Quero ceder um minuto de silêncio em homenagem à Fúlvia Rosemberg, depois farei a minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Faremos um minuto de silêncio.

- Minuto de silêncio.

A SRA. CLAUDETE ALVES – A minha intervenção, hoje, se refere ao ponto da valorização dos trabalhadores.

Sinto-me contemplada na fala de minhas companheiras, marcando o nosso protesto em relação a esses ataques furiosos contra a Educação Infantil na cidade de São Paulo, mas queria tecer os seguintes comentários pensando na questão da valorização.

É claro que o Plano Municipal de Educação estabelece diretrizes para os próximos 10 anos. Não consigo conceber valorização sem me preocupar com uma situação que muito dificulta, nos dias de hoje, a valorização do profissional da Educação, que é o que executa a tarefa. Há uma confusão no seio da sociedade brasileira e, por vezes, reforçada por políticas governamentais de confusões de papéis, ou seja, ao profissional da educação é delegada toda a tarefa de educar e em flagrante descumprimento da Constituição Federal que diz que esse papel é uma ação complementar.

Em que pese todas as dificuldades das salas superlotadas, ainda vem essa sobrecarga da transferência de toda a responsabilidade com o educar. A tarefa de educar suas crianças é prioritariamente da família, a escola vem em uma ação complementar.

No Plano Municipal de Educação teria de ser pensado um mecanismo para trazer esse debate na sociedade porque sem ele cada vez mais os profissionais de educação vão

ficar desvalorizados.

Por fim, a Constituição Federal tem alguns conceitos pétreos, por exemplo, não se pode alterar a Constituição Federal para tirar direitos, para piorar, enfim, só para melhorar, avançar. Então, as PECs só são autorizadas nesse sentido. O mesmo deveria acontecer em um plano tão importante como esse para evitar esses ataques não só na educação infantil, como na educação como um todo porque vira e mexe, na calada da noite, somos surpreendidos com medidas e alterações na legislação que tanto promove retrocesso.

Então, quero deixar aqui para os nobres companheiros da Comissão de Educação, Cultura e Esportes – que estão tocando essa questão brilhantemente – que pensassem em talvez colocar em uma das metas a questão de não poder alterar para prejudicar e retroceder e, sim, somente para avançar.

Um papel do Plano Municipal de Educação é também ficar atento nas questões das propostas de alterações na legislação. Faço essa recomendação.

Registro e parabeno o projeto do Vereador Reis que institui as cotas raciais no serviço público. Nós vamos ter o primeiro concurso público para professor de educação infantil e ensino fundamental que vai ser aplicada essa cota. Teremos 702 vagas para negros e negras na Educação. Isso é um ataque ao racismo da Cidade. Em nome dos educadores da infância, quero parabenizá-lo por essa iniciativa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Claudete Alves.

Tem a palavra o Sr. Laerte Brasil, da Unesca.

O SR. LAERTE BRASIL – A Unesca é a Universidade das Nações Unidas Cidades da Educação, excelência da educação e cultura, um órgão institucional da UNE Global Trabalho e Ecocidades, que a partir de 2015 vai desenvolver cerca de 15 cursos superiores.

Cumprimento os Vereadores Reis e Vespoli, a professora Márcia e todos os presentes reunidos para debater a educação na cidade de São Paulo.

O País hoje tem cerca de 30 milhões de analfabetos. O regime militar que se instalou em 1964 não deu condições desse cidadão estudar. Nós consideramos os analfabetos como sendo aquelas pessoas que têm curso superior e que usam o poder da caneta para roubar, praticar crime e sucatear os órgãos públicos e as instituições privadas.

68% dos estudantes da USP são de classe média alta porque o aluno que é trabalhador não tem condições de competir com o cidadão de classe média alta. Cerca de 69% dos alunos vindos das cotas raciais não concluem o curso por falta de recursos financeiros.

Combatemos qualquer crime racial tanto no País como no exterior, mas não concordamos com cotas, pois ai você está cedendo outro crime racial. Nós defendemos a cota de solidariedade no sistema de educação aqui e no exterior sendo 60% dos cargos da educação tanto das escolas públicas, privadas e universidades para famílias que ganham até 10 salários mínimos, pessoas com deficiência e indígenas.

No esporte tem uma discriminação contra a mulher. Nas Olimpíadas de Londres a imprensa publicou que aconteceu um fenômeno: 66% das medalhas foram conquistadas pelas atletas da China, Inglaterra e Estados Unidos. Nesses três países, 50% dos investimentos públicos e privados são para as atletas e outros 50% para os atletas. No Brasil, dos 100% dos recursos públicos e privados 45% vai ao atleta e 5% à atleta.

Muito obrigado pela palavra.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Adelson, do Sinpeem.

O SR. ADELSON – Bom dia a todos.

Cumprimento os componentes da Mesa e, em especial, a Márcia, ex-colega minha de direção do Sinpeem em um passado bem próximo.

Vim aqui preocupado e é também decisão de congressos do Sinpeem quanto à ocupação da função ou cargo de professor na Prefeitura. O artigo 205, inciso 5, da Constituição, diz que deveremos ter o preenchimento dos cargos no serviço público

exclusivamente por concurso público de provas e títulos. Isso é a Constituição.

De repente, mais para baixo, diz que deve ter plano de cargos e carreira e salários. Não vim brigar por salário, vim para brigar por educação no Brasil e não de olho em x, y ou z. Está em pauta e já consta que há grupos que defendem a gestão de forma não por concurso público.

Eu gostaria que a Comissão de Educação, Cultura e Esportes pensasse muito bem nessa situação de preenchimento de cargos, por exemplo, de gestores na rede municipal de ensino de São Paulo. Nós temos de discutir e saber muito bem como se dará o encaminhamento do preenchimento desses cargos. Cargos indicados por um ou outro é difícil e entra em confronto com a Constituição brasileira.

Terça-feira passada, no CEU Quinta do Sol, houve a visita e a inauguração da Universidade Aberta do Brasil e lá estavam o Sr. Secretário de Educação e o Sr. Prefeito da cidade de São Paulo. Na sexta-feira havia vencido o prazo de uma negociação que fizemos com o Governo após 42 dias de greve. O resultado não aconteceu até agora de um prazo já vencido. Fui cobrar e cobrei muito do Sr. Prefeito e do Sr. Secretário. Uma das pautas era os 15 minutos de intervalo no CEIs e o Sr. Secretário disse que isso já existe. Embora fizesse parte de uma negociação, o Sr. Secretário de Educação disse que cada escola já cumpre isso.

O Sinpeem tem buscado saber como está esse tipo de coisa. Gostaria que quem representa também a educação infantil ajudasse a cobrar isso do Sr. Prefeito porque foi negociação do processo de greve e o Sr. Prefeito não cumpriu até ontem. Não sei se hoje, sábado, ele vai trabalhar e vai cumprir.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Esta audiência pública é, em tese, para tratar do Plano Municipal de Educação e não de questões sindicais. Desculpem-me.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra a Sra. Bene.

A SRA. BENE – Bom dia a todos.

Estou representando o Sinesp, que é o sindicato dos gestores do Município de São Paulo. Anualmente, fazemos uma pesquisa sobre condições de trabalho. Este ano a pesquisa apontou dois grandes problemas na rede municipal. Um é gestão de pessoas. Temos uma falta imensa de professores na rede para regência. Temos um módulo para cada escola, mas assim que as aulas começam já fica defasado. Então, o problema de pessoal é um assunto muito sério. Há um desestímulo para entrada de novos professores e a Administração tem de resolver.

Outro problema seriíssimo é a saúde do trabalhador. A nossa pesquisa apontou que as pessoas trabalham doentes, há um estresse muito grande, a síndrome de *burnout* está instalada na rede municipal e não há nenhuma medida preventiva do Governo para resolver esse problema. O plano tem de trazer medidas para que o trabalhador de educação não fique doente e possa exercer seu trabalho com dignidade e em condições de realmente propiciar educação de qualidade.

Outra questão é a violência. O plano até trata e diz em uma das estratégias “garantir políticas de combate à violência nas escolas, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção de sinais de suas causas.”

A violência que é de fora, da sociedade, que está instalada dentro da escola não pode ficar fiscalizada na ação dos educadores. Não adianta só capacitar o educador para ele detectar crianças que estão sendo violadas, que estão sofrendo violência em casa ou não. As condições para atacar a violência são imensas, tem de ter uma ação macro de várias secretarias, de estruturas, do entorno da escola. Não temos guardas, as escolas estão no

desamparo e isso não pode ocorrer.

Pelos meus anos vividos na rede municipal, desde 70, instituiu-se concurso público na rede municipal. O Sr. Secretário da época, Sr. Paulo Natanael, em depoimento em um livro que o Sinesp escreveu sobre a história do ensino, ele fala que um dos objetivos dele ao instituir a carreira do magistério era fazer com que houvesse uma independência dos profissionais da educação com os Vereadores.

Quem é tão antigo quanto eu há de se lembrar que para se trabalhar na rede municipal era por indicação de um Vereador. Hoje, reconhecemos o trabalho do Vereador na esfera que ele está, mas a nossa carreira tem de ser preservada com concurso público para a classe dos gestores, dos docentes. Isso não pode ser desprezado. Temos mais de 1.200 cargos no Município de São Paulo que só acabarão por extinção na vacância. Vai ter de morrer os 1.200 diretores para que possa haver outra forma de provimento, uma vez que a Constituição não dá amparo. Cargo é provimento público, essa é a defesa do Sinesp, um sindicato criado para a defesa da qualidade da educação e de concurso público, para que as pessoas tenham realmente as suas condições avaliadas.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Próximo é o Sr. Arnaldo, da Aprofem.

O SR. ARNALDO – Bom dia a todos.

O que vou falar está bem na linha dos que já me antecederam, mas há alguns pontos que são diferentes.

Início com o que o colega Adão falou sobre a educação ser investimento. Todos nós sabemos disso e sabemos que esse investimento tem de ser pesado. Assim como se teve a presteza, a rapidez de se fazer os estádios para a Copa, por que não usar a mesma, dita, vontade política para se construir escolas que há temos nós vimos reclamando?

O *ranking* dos países considerados desenvolvidos demonstra a certeza dessa aplicação, desse investimento. Se não, nós vamos confirmar a concretização de uma

expressão em uma reportagem do *Estadão*, há alguns anos, do apagão de professores, tudo caminha para isso.

Nós tivemos uma audiência pública esta semana a respeito do HSPM que o segmento de servidor que mais procura o hospital é o da educação. Está na linha do que as pessoas já falaram. A preocupação hoje não é só salarial. A valorização não é só salarial, mas diz respeito também às condições de trabalho.

Um dos mais recentes movimentos reivindicatórios da classe tem demonstrado que não estamos colocando força apenas no salário, mas nas condições de trabalho.

Entendemos que a valorização do servidor passa pelo respeito da carreira e que cada governante assuma a responsabilidade educacional e não use a educação como trampolim. Alguns se elegem e depois vêm com estratégias que acabam corroendo a carreira. O plano também deveria se preocupar com políticos de plantão.

Finalmente, o Município deve ater-se ao que sinaliza a LDB. A preocupação com a Educação Infantil e Ensino Fundamental e, como na cidade de São Paulo há também a preocupação com o ensino médio, que se limite a educação básica tal como está porque não está dando conta nem daquilo que deveria dar quanto mais construir universidades.

Investimento em universidade é sem fim. A USP está aí para dizer.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Sra. Maria Aparecida Nery.

A SRA. MARIA APARECIDA NERY – Bom dia a todos.

Falarei sobre a valorização dos trabalhadores. A diferença que existe entre a rede pública e a rede conveniada no Município de São Paulo. As pessoas que não atuam na área de educação não têm esse conhecimento. A educação em São Paulo, principalmente a educação infantil, é exercida na maior parte pela rede conveniada.

Nessa situação estão os trabalhadores e as crianças atendidas. A rede conveniada possui o trabalhador com formação, não tinha no passado e houve um tempo de adaptação. Na rede pública, a adaptação foi feita pelo Município que forneceu adequação aos profissionais

municipalizados gratuitamente. Os trabalhadores da rede conveniada tiveram de dar o seu próprio suor de um salário, muito menor do que o da rede pública, para pagar essa formação, mas fizeram essa formação e são formados hoje muitos com pós-graduação.

A diferença é a jornada de trabalho. O trabalhador da rede conveniada trabalha 8h por dia. A parada pedagógica é uma vez por mês. Eles não têm tempo suficiente para fazer um planejamento de qualidade para as crianças. O salário é a metade do que ganha a rede direta. A diferença do trabalho, da qualidade, é a falta de oportunidade de ter os mesmos direitos para exercer um serviço de qualidade porque esses trabalhadores saem da rede conveniada e a maioria vai para a rede direta, ou seja, existe uma rotatividade muito grande na rede conveniada, principalmente quando tem concurso.

Acredito que o Plano Municipal de Educação não pode passar sem um adendo de como é a educação infantil na Cidade e frisando a questão da diferença, a falta de isonomia e de direito entre esses trabalhadores e que ocorra a equiparação, minimamente de jornada de trabalho, porque é difícil um trabalhador ficar 8h com mais 1h de almoço sem ter tempo até de respirar. Outra dificuldade é quando o trabalhador fica doente porque o número de trabalhador na rede conveniada é restrito. Precisamos parar e estudar uma proposta de valorização desses trabalhadores pensando na qualidade de ensino das crianças.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. O próximo é o Sr. Eugênio, professor da rede pública estadual.

O SR. EUGÊNIO – Bom dia a todos. Bom dia Vereador Paulo Reis, Vereador Vespoli e Professora Márcia. Eu não sou professor da rede municipal, mas da estadual, venho acompanhando a discussão do Plano Municipal, assim como acompanhei a discussão do Plano Nacional, nas audiências que ocorreram aqui em São Paulo.

Algumas coisas chamaram-me a atenção no Plano Municipal. A primeira é a utilização da palavra “qualidade”. Aparentemente pensamos que seja algo simples, mas no

mundo neoliberal a palavra “qualidade” pode ser interpretada, dependendo da corrente ou da linha, de diferentes formas.

A palavra “qualidade” quando se fala no neoliberalismo, associa-se à competitividade e à eficiência. Quando pensamos eficiência no mercado, claro que pensamos em baixos custos. Quando falamos em educação, não podemos associar a palavra “educação” a esse modelo que vem do mercado. Quando penso em qualidade, em questões de educação, estou associando à condição de o professor trabalhar, a sua formação e às condições que o poder público lhe dá.

Aliado a isso, chamou-me a atenção que - o Mauro na sua fala inicial fez uma referência, da qual discordo um pouco - não é possível nenhum professor fazer boa formação, como mestrado ou doutorado, trabalhando, muitas vezes, de 8 a 12 horas, em duas redes. É importante que fique claro no Plano que, o professor que quiser fazer o mestrado tem sim de ser liberado da rede, sem perder os vencimentos. (Palmas) Somente assim é possível concluirmos ou, pelo menos, darmos início à educação de qualidade, na minha interpretação.

A outra questão que foi colocada aqui, penso ser de extrema importância também, é a Lei de Responsabilidade Educacional. Logo quando foi aprovado o Plano Nacional de Educação, sancionado pela Presidente Dilma, os deputados iniciaram - agora suspenderam a discussão, evidentemente por questões do período eleitoral – mas há, no nível nacional, uma discussão sobre essa Lei. Com certeza servirá para punir os governantes que não cumprirem efetivamente o que está no Plano, seja municipal ou o nacional.

Por último, é sobre o CAC. Na semana passada estive no gabinete do Vereador Vespoli, conversando com ele, ocasião em que apresentei um documento, de 2010, que foi discutido no Conselho Nacional de Educação e na Câmara de Educação Básica, onde estabelecem os insumos para o CAC. É de extrema importância que todos os educadores conheçam quais são os insumos, o que é efetivamente o CAC, para não falar somente sobre o CAC sem conhecê-lo efetivamente. Há um documento que tirei em 2010, estava para ser

homologado, não sei se já foi, mas é importantíssimo que todos o conheçam.

Por último, Vereador Reis, voltando na questão da qualidade, precisamos estar atentos a isso, como estamos em período eleitoral é comum, tenho ouvido frequentemente vários candidatos ao Governo dizendo que vão acabar com a promoção automática, associando isso à qualidade, como se a reprovação fosse sinônimo de qualidade. Portanto, nós educadores temos que rever isso, porque esse discurso está sendo incorporado pelos pais que são leigos, não entendem e, muitas vezes, é claro, tem suas limitações em compreender o funcionamento de uma escola. Também precisamos pensar nisso.

Deixo aqui a minha contribuição, minha colaboração, para a Comissão. Muito obrigado pelo espaço. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. O próximo é o Sr. Guido, Apeopesp.

O SR. GUIDO – Bom dia a todos, cumprimento o Vereador Reis e a Comissão pela iniciativa, assim como aos demais membros da mesa, em princípio quero lamentar a ausência do Governo Estadual, da Secretaria de Estado de Educação, nos debates que estão se travando na discussão do Plano Municipal de Educação.

Muitas das metas que estão sendo colocadas têm implicações diretas, não poderia deixar de sê-lo. Como, por exemplo, quando se estabelece limitação de número de alunos por salas de aula, coloca-se um objetivo, se for estabelecido em termos de demanda, e o Estado de São Paulo como se pronuncia sobre isso? Como que a rede se pronuncia a respeito do assunto?

É lamentável que o Governo do Estado esteja se ausentando, assim como a Secretaria de Estado.

Eu começaria dizendo que não me importa se o financiamento está na primeira ou na última meta, desde que esteja. O problema é que no Estado de São Paulo sequer temos um Plano Estadual de Educação. Isso é muito grave.

Ainda em respeito a financiamento, no Plano Nacional de Educação, estabelecida a

meta de 10% do PIB, também está estabelecida a fonte de receita. Aqui no Município pode-se estabelecer o financiamento, mas qual é a fonte, de fato, para financiar todas as outras metas. Essa discussão nós vamos ter que fazer. Parece-me que ela está articulada com a necessidade de revisão da Planta de Valores, com a continuação da tributação progressiva na cidade de São Paulo, que os Vereadores desta Casa se negaram a fazer, num determinado momento. Até fizeram, mas a Justiça travou.

Outra questão que me parece está colocada também, é a necessidade de revisão da negociação da dívida pública do município. Parece-me que só uma candidata à Presidência da República está disposta a negociar a dívida do Município. São discussões que teremos de fazer, podemos colocar aqui 50-60% do imposto da receita municipal para educação, mas de onde vamos retirar esses recursos. Por isso, deve estar articulada com outras lutas.

Penso que, na questão da necessidade de expansão da universidade que se coloca, a Universidade Federal da Zona Leste, já com o terreno liberado pela Prefeitura, aponta para aquilo que, de fato, entendemos que deva ser, educação pública em todos os níveis de ensino.

É óbvio que na educação infantil não poderia ser diferente. Não entendemos que a educação infantil deva ser vista como assistência social, ou como mero acolhimento das crianças. É uma etapa da educação, por isso precisa de profissionalização. Está correto o Fernando Haddad em estipular o horário de intervalo para os educadores (Palmas), mas penso que podemos avançar, inclusive para que tenhamos um maior número de centros de educação infantil como rede pública.

Por fim, quero dizer que não deve haver uma oposição, em minha opinião, na formação de professores entre o período sabático e a formação continuada. São modalidades diferentes de formação, de etapas formativas, e a nós, professores, teriam de ser garantidas ambas as formas de formação, a continuada e a de formação sabática, porque, afinal de contas, a nossa educação precisa dos melhores profissionais. Para ter os melhores

profissionais, precisa ter salário, carreira e formação.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. O próximo é a Sra. Jenifer, da Escola Municipal de Ensino Fundamental e Médio Professor Derville Alegrette.

A SRA. JENIFER – Bom dia à mesa, bom dia a todos, sou a Jenifer, aluna do curso de Magistério e Presidente do Grêmio da Escola Derville Alegrette, estou aqui como representante para reivindicar algumas coisas que nós, alunos do Magistério, temos lutado durante todo esse tempo.

Uma questão que foi colocada por alguns professores é que temos visto, quando fazemos nossos estágios, que há muito aluno por sala, e vemos o desgaste dos professores.

Temos notado também que se só há apenas uma escola de formação, com curso técnico de Magistério, que é o Derville em todo Município e Estado de São Paulo, por que os alunos desse curso não tem a valorização que precisam? Por que não estamos na sala de aula como auxiliar de professores?

Na minha sala há 26 alunos que se formarão no ano que vem. Nós fizemos observação, participação e regência, portanto temos a capacitação para estar em sala de aula auxiliando um professor. Mas isso não tem acontecido. Pensando por esse lado, 26 alunos só na minha sala, são 26 professores com ajuda, que podem dar auxílio na sala com os 35 alunos.

Se o Município financia, dá suporte para esse curso, por que não há valorização dos alunos enquanto estudantes? Por que não há a nossa inserção no mercado no de trabalho junto com esses professores? Não temos visto isso. Não há nenhum aluno da nossa escola fazendo estágio remunerado, ou sendo contratados como estagiários na nossa própria escola que é municipal, na qual há professores com 36-37 alunos em uma sala de aula.

Por que não há alunos do magistério trabalhando no Fundamental I, nas CEIs, nas EMEIs? Tenho visto professores lutando muito para reduzir os alunos em sala. Mas se não

está acontecendo, por que não colocar os alunos que já estão sendo formados no Magistério junto com esses professores? (Palmas)

Quero levantar e dar como sugestão que haja como antigamente - quando o Magistério tinha uma bolsa, uma ajuda - que se coloquem esses alunos do Magistério que estão agora se formando - desde o primeiro ano estamos capacitados – que nos coloquem juntamente com os professores para que possamos caminhar juntos e aprender com eles. Queremos aprender. Estamos lá para estudar e aprender a lidar com essa atmosfera, com todos esses problemas.

Nós queremos estar juntos e ser valorizados enquanto alunos do curso de Magistério da escola, da única escola que temos em São Paulo.

Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. O próximo é o Sr. Paulo Simões, da DRE São Mateus.

O SR. PAULO SIMÕES – Bom dia, cumprimento a mesa na pessoa do Vereador Reis, sou professor da rede, atualmente trabalho no CEU São Mateus, tive a oportunidade de, durante a realização dos estudos de doutorado na PUC, fazer uma pesquisa do PROUNI, chamado de PROUNI e Inclusão Social.

Então quero destacar, dentro dessa discussão sobre o ensino superior, a importância dessa política pública que eu defendi, como a possibilidade de a classe trabalhadora, dos alunos de escola pública, acessarem a universidade, ainda que em parceria com instituições privadas.

Durante a pesquisa, tivemos a oportunidade levantar, como um dos destaques, o aluno manifestar-se da importância dessa política pública, dizer que a partir do PROUNI ele consegue a realização de um sonho.

Então essa resposta, por exemplo, em mais de 70%, de dois mil alunos pelo Brasil, mostra que quando nós temos políticas públicas o aluno consegue realizar esses sonhos.

Também aparece a palavra “mudanças”, com a política pública ao acesso do ensino superior, essas mudanças podem ser alcançadas pelos alunos.

A Professora Márcia destacou aqui essa contradição entre o público e o privado, que é um desafio na política brasileira, que mostra a importância da universidade pública, na cidade de São Paulo e no Estado de São Paulo, rever um pouco seus processos seletivos, para que, de fato, cada vez mais os nossos alunos de escola pública e a classe trabalhadora possa acessar.

No campo de formação, pode ser considerado para o Plano Municipal de Educação, rever a parceria entre a Prefeitura e as universidades públicas, pensando um pouco em polos de excelência, para a formação do professor, lembrando que a Universidade Aberta do Brasil, uma iniciativa da gestão atual, é um passo importante, porque há convênio com mais de 12 universidades federais, sendo que a prioridade é para os funcionários da rede pública. É um passo para essa questão da formação do professor.

O que podemos propor então é que, através das parcerias e dos convênios entre a Prefeitura com as universidades, quem sabe as universidades vão mais ao encontro dos professores da rede, porque ainda há uma distância muito grande nesses projetos de formação. Muitas vezes o professor precisa de um processo seletivo rigoroso, e deve se deslocar, por exemplo, para a USP, para quem mora no extremo Leste é uma viagem.

Se a universidade for mais ao encontro do professor, nesses polos de excelência, quem sabe é um caminho para contribuímos com a questão da formação do professor.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. O próximo é o Sr. Clélio de Souza Marcondes, da DRE Campo Limpo.

O SR. CLÉLIO DE SOUZA MARCONDES - Bom dia a Mesa, bom dia a todos. Falo na condição de educador. Sou supervisor escolar e trago algumas questões que são

prementes, e isso pensando na questão da qualidade do trabalho dos professores, das pessoas que atuam na nossa rede. Também trago um pensamento quanto à ausência da Secretaria Estadual nestas discussões.

Hoje trago três temas cruciais que fazem parte da preocupação tanto da rede municipal quanto da estadual. Um deles – já citado pela Bene – eu vivo desde os meus tempos de magistério, que é a falta de profissionais de substituição dos profissionais nas redes. Isso vai ao encontro da pesquisa da Bene, que é quanto ao adoecimento dos profissionais da rede. Falo não só dos professores, mas dos APEs e outros servidores. Quando pensamos em qualidade não dá para não falar disso. Há que se estudar estratégias, mecanismos e pensarmos como é que as redes vão resolver esse problema, que não é fácil, é preciso todo um estudo conjunto para solucionar o problema.

O segundo ponto é quanto à inclusão na rede. Falo então da história do Município, que já tem política pública voltada aos alunos com necessidades educacionais especiais, e que hoje, se fizermos pesquisa, o número de matriculados é bastante grande. De outro lado, não percebo essa política voltada para os alunos matriculados na rede estadual. Acontece que a demanda de alunos para inclusão acabam vindo para a nossa rede municipal. Valeria citar o que já foi construído na rede municipal, não é o caso, o tempo é escasso.

É isso, é um pensamento dentro da perspectiva que a professora citou, que é o regime colaborativo, e temos de pensar juntos. E isso, com certeza, mexe com a qualidade da aula do professor,

Um terceiro ponto que eu acho crucial, e não se tocou nisso, é quanto à qualidade formação inicial do professor. No mundo, hoje, saindo da modernidade, indo para a pós-modernidade, pois as coisas mudam rapidamente, temos de pensar na questão do currículo das universidades, no currículo que forma os professores. Acho que nas universidades públicas, esse é um tema difícil de mexer e o que dirá nas particulares, mas precisamos pensar por que o que vemos? Essa perspectiva da formação ainda forma professor para trabalhar de maneira fragmentada no ensino fundamental, e não está dando conta. Acabamos vendo pelos índices, pelo IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica que não caminha. Temos de pensar nisso, é macro, mas em longo prazo temos de pensar numa política quanto ao currículo, o que acontece com ele tanto na formação inicial quanto nas universidades.

Temos uma mudança na rede na verificação curricular, quiçá caminemos para o

que consideramos um avanço, que tem de ser pensado.

É isso, obrigado.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – O próximo inscrito é Rui Augusti, Escola Municipal de Ensino Fundamental General Geisel – Pirituba.

O SR. RUI AUGUSTI – Bom dia a todos. Sou professor de Educação Física devidamente registrado no CREF. Venho aqui pontuar três itens. Meta 4 – item 4.7 – Estabelecer jornada de dedicação exclusiva em uma única escolar, garantida a opção de ingresso nesta pelo servidor. Remuneração compatível. Acho que temos de começar a pensar no seguinte: remuneração compatível vai dar dupla interpretação ou dúvida. Creio que deveríamos colocar: "não inferior ao dobro do salário base vigente no país ou algo superior". Porque remuneração compatível, aqui em São Paulo, nós temos ideia do que vai acontecer.

Outro item já falado é sobre a saúde do servidor. Temos o DSS que não cuida da saúde do servidor, mas da licença do servidor. Eu, professor da rede pública há 22 anos e 25 na particular, vi nas particulares muitos psicólogos ajudando, trabalhando junto com o pessoal da escola, com todos os funcionários. E na Prefeitura falta esse profissional. Deviam pensar na contratação desses profissionais para atuarem junto com os professores, concomitantemente.

E o último é a descentralização de verba para as escolas. A gente trabalha com migalhas dentro das escolas. A nossa escola está com problema na rede elétrica, tem de ser trocada, e a DRE oferece 15 mil reais para ser feito todo trabalho. Só de mão de obra são 10 mil reais, para o eletricitista, e mais o material, essa verba não vai dar. Creio que cada escola devia receber verba anual, valor muito maior do que o dinheiro que vem a cada três meses.

Lá nós não temos condição de trabalho. Eu, como professor de Educação Física, atravesso um monte de problema quanto à compra de material para pintura de quadra e tudo mais, pois não há verba suficiente para isso.

Fica pontuado isso aí.

Agradeço a vocês.

Até logo.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Tem a palavra o Vereador Relator do PME – Plano Municipal de Educação, Professor Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Boa tarde a todos, a todas. Quero reforçar que a

relatoria está sempre na escuta e é com a colaboração das audiências públicas que vamos melhorar o Plano.

Como já foi dito, quero lamentar a ausência do Governo do Estado, temos convidado a Secretaria Estadual da Educação para vir conversar com a gente, para fazer este debate e em nenhum momento se dispuseram a dialogar aqui na Câmara Municipal de São Paulo para pensarmos o Plano em comum acordo, até porque estamos num regime colaborativo entre os entes federativos.

Outra questão, escutei várias vezes e fico muito preocupado com a individualização do problema. Individualizar e achar que o professor passa a ser o agente, o responsável por diversas questões, e a gente deixa de discutir a política pública. A gente tem que não focar nas pessoas, e sim na política, porque, se não, a gente pode cair em erros gritantes.

Vou falar da minha experiência como professor do Estado. Dei aula sem os caderninhos e de tanto o coordenador pedagógico, até porque ele também recebe pressão de todo o sistema, professor tem de usar os caderninhos e víamos o quanto a qualidade, por exemplo, das minhas aulas diminuíram com os caderninhos.

Isso é fato, porque partem de uma perspectiva que o professor é vagabundo, que o professor não quer dar aula, então temos que usar aqueles caderninhos para dar aqueles conteúdos mínimos que mais ou menos vão ser passados para todos os alunos. Se partirmos desse ponto de vista, acho que já cai para um erro latente. Temos de tomar cuidado nas propostas levadas que levam a esse direcionamento.

Outra coisa, inclusive, estive em algumas escolas para levar o plano nesta semana, e o que mais recebi de reclamações de vários diretores e coordenadores que conversei, é a questão da doença e afastamento dos professores. Essa é a coisa mais gritante que vi nesta semana. Falar da questão do financiamento é discutir isso, porque para mim isso está relacionado fortemente com a meta dois, que é diminuir a quantidade de alunos em sala de aula.

Fico pensando quanto custa para a Prefeitura – não tenho esse dado – contratar mais professores porque outro tanto está afastado, qual o custo disso e qual o custo de

diminuir os alunos por sala de aula. Será que não será um custo mais ou menos equivalente e teríamos uma aula de melhor qualidade. Fico imaginando que se não mexermos nessa meta dois não vamos conseguir melhorar a saúde do profissional.

Já agradei da outra vez publicamente na Comissão de Educação, no Sinesp, inclusive, estamos usando o material de vocês para elaborarmos melhor o diagnóstico. Já temos o diagnóstico elaborado, mas estamos complementando com algumas questões.

Outra pergunta, no 4.7 está previsto estabelecer jornada de dedicação exclusiva em uma única unidade escolar, como o companheiro já falou. Deveríamos fazer um destaque maior no 4.7? Queria entender isso um pouco melhor.

Outra questão bastante debatida, pelo menos na nossa equipe, sobre a formação continuada. É um debate muito forte. O professor tem de estar remunerado e afastado da sala de aula ou não. Gostaria também de ouvir sobre isso.

Outra pergunta sobre as formações que são dadas pela própria Secretaria Municipal, pelas DREs. Por exemplo, eu fiz um plano político pedagógico para a escola toda, mas o meu planejamento tem determinadas questões, atividades pedagógicas. E a Prefeitura geralmente vem com algumas formações de dois ou três dias como, por exemplo, jogar xadrez, e tem que ter tudo com matemática, raciocínio lógico, mas não estava no meu plano e aí o professor, até para evoluir, vai lá e se inscreve porque precisa do pontinho para evoluir e depois eu tenho de aplicar essa atividade que não estava no meu planejamento.

Então como fazer com que a Prefeitura forneça também formação que condiz com o plano desenvolvido nas escolas e com os professores. Essa é uma questão que também faltou um pouco no plano e temos de pensar um pouco sobre isso.

Muito obrigado.

R – Não vou tocar em todas as questões perguntadas por uma questão de tempo. Vou pegar alguns pontos que me parecem importantes para serem retomados.

Na questão da carreira já levanto algumas coisas, porque a valorização do

profissional, condições docentes, carreira, todas essas questões estão vinculadas. Número de alunos, por exemplo, quando pensamos na questão da carreira, da condição de trabalho docente, claro que não falamos só de salário, mas isso envolve salário, jornada, número de alunos por sala. Envolve também, principalmente na Educação Infantil, a definição da discussão com a sociedade sobre o recorte do trabalho do educador, do professor.

Em relação à jornada – apresentando um pouco o que penso sobre isso – a rede tem um plano de carreira com várias jornadas. E há uma única jornada que cumpre a lei do piso, que tem um terço para as atividades fora da sala de aula sem alunos, com uma problemática que no caso da Educação Infantil, a jornada de 40 ou 30 horas/aula não tem um terço.

Então aqui há uma questão muito complicada de compreensão de porque na Educação Infantil não se tem um terço. Há uma compreensão de que na Educação Infantil não é necessário que o professor tenha uma parte do seu trabalho, da sua jornada fora da sala de aula. Então acho que é um momento de se discutir essa questão no que diz respeito à jornada.

Penso que é necessário, por isso a questão do destaque, porque como a rede já tem várias jornadas e é muito difícil mudar isso, porque é evidente que o professor vai ter uma resistência, uma dúvida e insegurança com relação a deixar seu acúmulo com o Estado, com a escola privada ou mesmo o acúmulo com a própria Prefeitura para pegar uma única jornada e nós sabemos que as políticas públicas muitas vezes são de Governo e não de Estado e, portanto, isso pode mudar.

Então precisaríamos pensar em alguma coisa que pusesse do ponto de vista do plano de cargos, carreira e salários a perspectiva de uma única jornada, com dedicação exclusiva, com salário que fizesse com que as pessoas pudessem fazer essa escolha. E para os novos então caminhar na perspectiva de uma jornada única.

Ou seja, aqui estou pensando em uma nova geração de professores que entrariam já com uma única jornada e que fossemos superando esta fase da nossa história que é uma

época de várias jornadas, acúmulo de cargo e por aí afora.

Outra questão da formação, acho que temos a questão de melhorar a formação inicial e isso tem de ser em conjunto com o Estado e a União, com as universidades. Acho que precisamos pensar a formação dos professores junto com as universidades. Precisa haver uma conversa das secretarias, sindicatos e categoria dos professores com as universidades no que diz respeito a essa formação inicial, porque precisamos melhorar essa formação inicial.

Agora, quanto à formação continuada podemos discuti-la em dois aspectos. Há uma formação continuada que deve atingir toda a rede. E em minha opinião, inclusive, Vereador Toninho, para superar essa questão do professor fazer um curso muitas vezes porque ele vai ser pontuado, para depois ter evolução funcional, a formação continuada precisa ser feita tendo em vista o projeto político pedagógico da escola. Precisa ser uma formação continuada voltada para isso. Não é para o professor ir lá e fazer um curso que a secretaria preparou e que pode cair nessa questão que o senhor levanta.

Então precisamos pensar na formação continuada vinculada ao projeto político pedagógico que está respondendo a uma demanda educacional daquela escola. E essa formação – me parece – precisa atender toda a categoria.

Depois temos uma formação continuada que tem a ver com os cursos de especialização, pós-graduação *lato sensu e stricto sensu*, cursos que muitas vezes demandam que o professor se afaste da sala de aula. Podemos dizer que é viável, correto e necessário que o professor se afaste da sala de aula, mas se pensarmos isso para toda a rede vai levantar um problema. Imaginem toda rede com direito de fazer mestrado e doutorado e podendo se afastar nesse período, porque quando penso em direito preciso pensar que todos têm esse direito, preciso dar essa possibilidade. Claro que sendo um direito, não sendo uma obrigação, não tenho ideia de quantos professores tendo a possibilidade de se afastarem iriam para a pós-graduação.

E também sabemos que não temos vagas para todos fazerem a pós-graduação.

Hoje concretamente não temos na rede pública. Teria de ser um processo. Agora, há uma meta no PNE que fala dessa perspectiva da pós-graduação. E seria muito bom que fizéssemos isso na rede pública, mas sabemos a limitação que temos e às vezes acaba o próprio professor arcando com os custos dessa formação.

A questão da Educação Infantil das conveniadas e da rede direta. Acho justo que se tenha como perspectiva que o professor e as condições de trabalho das creches, principalmente conveniadas, sejam iguais as creches da rede direta, ma acho que precisamos avançar numa perspectiva de ter apenas a rede direta.

Uma cidade como São Paulo e não só a cidade de São Paulo, foi uma conquista importante colocarmos a Educação Infantil como parte da Educação e precisamos avançar sim na oferta da rede direta. Ou seja, temos receber toda a demanda na rede direta. Isso deve ser posto como perspectiva e me parece que 10 anos não é um tempo muito pequeno para fazer isso. Acho que já estamos atrasados em relação a essa questão. O objetivo precisa ser esse, se pontualmente vamos defender melhorar as condições de trabalho dos professores que estão nas creches conveniadas, o que é correto, mas precisamos ter isso como perspectiva.

Como penúltimo ponto, a questão do concurso. Vou falar de uma posição que tenho desde sempre, desde que trabalho na Educação. Sou contrária à indicação, acho que a superação da indicação era até para professor, não só para diretor e coordenador, mas tinha indicação até para professor na rede municipal. Portanto, ter o concurso para a entrada é uma forma de provimento que me parece mais democrática, mais correta, isenta, portanto, das ligações e das questões político-partidárias, enfim, e do clientelismo.

Agora, sempre defendi quando militei na Apeoesp, no Sinpeem, a eleição para os cargos de diretor na escola. Sempre defendi isso e continuo defendendo. Não mudei de opinião. Sei que na rede houve uma consulta, inclusive, na época do PT, em 92, Governo Luiza Erundina, e a rede optou pelo concurso e eu também defendo a democracia, portanto, defendo que seja respeitada a vontade de todos, embora na minha visão, na minha concepção a

eleição – e aí não vou entrar no mérito, que não é o caso -, mas teria toda uma justificativa do por que a eleição para o provimento.

E não compreendo isso como cargo, mas compreendo como função – essa é outra discussão, agora evidentemente que entre indicação e concurso, o concurso me parece mais correto.

E, por último, gostaria de falar um pouquinho sobre a questão do financiamento que não é nosso tema aqui, mas só para falar sobre a questão do ensino superior e os gastos com a Educação, porque na verdade todas as metas demandam isso. Do ponto de vista do PNE, do Plano Nacional de Educação, obtiveram-se ganhos. A questão do custo/aluno/qualidade, a questão dos 10%, mas acho que não podemos deixar de pontuar que o fato dos 10% do PIB estar envolvido como dinheiro que vai para o setor privado, acho que não podemos deixar de pontuar isso porque essa é uma reivindicação histórica do movimento: que o dinheiro público seja para a escola pública.

E infelizmente, da forma como ficou no PNE está posta a possibilidade, isso certamente vai acontecer, do dinheiro público ir para o setor privado. Acho que esse é um problema. Do ponto de vista do plano municipal seria interessante que pensássemos numa alternativa diferente dessa no que diz respeito ao financiamento e ao dinheiro público no Município de São Paulo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Professora Márcia.

A próxima audiência será no sábado, a partir da 9h, no Plenário 1º de Maio, 1º andar.

O tema será “Educação para os Direitos Humanos”, o palestrante é o Professor José Sergio Fonseca de Carvalho, da Faculdade de Educação para os Direitos Humanos da USP.

Convido a todos e peço que convidem mais pessoas para promovermos a

penúltima audiência pública do Plano Municipal de Educação.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada esta audiência pública.